MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

A CONDUÇÃO DO SETOR DE DEFESA NA NICARÁGUA SANDINISTA: RELAÇÕES CIVIS-MILITARES

THE LEADING OF THE DEFENSE SECTOR IN SANDINISTA NICARAGUA: CIVIL MILITARY RELATIONS

LA CONDUCCIÓN DEL SECTOR DEFENSA EN NICARAGUA SANDINISTA: RELACIONES CIVILES-MILITARES

Fred Maciel
Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

RESUMO:

Marcante na história política latino-americana, a década de 1980 na Nicarágua se iniciou tendo a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) conduzindo um projeto político de amplas transformações, com o Exército Popular Sandinista (EPS) como um de seus sustentáculos. Pensando a América Latina daquele período como cenário da chamada "política das armas", o debate em torno da relação entre civis e militares mostra-se pertinente, especialmente em um país quase inteiramente mobilizado militarmente como era a Nicarágua. Assim, com o presente artigo pretendemos discutir tal temática relacionando com o projeto político da Frente Sandinista, de forma a elucidar os principais pontos do modelo de condução do setor de defesa aplicado no período, modelo este baseado no eixo Estado-Partido-Exército e demonstrando como, mesmo com a incipiente institucionalização, o partidarismo se sobrepôs à profissionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Nicarágua; defesa e segurança; relações civis-militares.

ABSTRACT:

Remarkable in Latin American political history, the 1980s in Nicaragua began having the Sandinista National Liberation Front (FSLN) leading a political project of broad transformations, with the Sandinista Popular Army (EPS) as one of its pillars. Thinking Latin America of that period as the scenario of called "weapons policy", the debate around the issue of the civil military relations becomes relevant, especially in a country almost entirely mobilized militarily as was the Nicaragua. So, with this article we intend to discuss such themes relating to the political project of the Sandinista Front, in order to clarify the main points of the leading model applied in the defense sector in the period, based on the shaft State-Party-Army and demonstrating how, despite the incipient institutionalization, partisanship overlapped the professionalization.

KEYWORDS: Nicaragua; defense and security; civil military relations.

RESUMEN:

Notable en la historia política latinoamericana, los años 1980 en Nicaragua se iniciaron con el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) liderando un proyecto político de amplios cambios, siendo el Ejército Popular Sandinista (EPS) uno de sus pilares. Pensando Latinoamérica desde ese período como escenario de la llamada "política de las armas", el debate sobre la relación entre civiles y militares parece ser relevante, especialmente en un país casi totalmente movilizado militarmente como Nicaragua. Así, con este artículo pretendemos discutir dicho tema relacionando él con el proyecto político del Frente Sandinista, con el fin de aclarar los puntos principales del modelo de conducción del sector defensa aplicado en el período, basado en el eje Estado-Partido-Ejército y demostrando cómo, a pesar de la incipiente institucionalización, el partidismo ha superado la profesionalización.

PALABRAS CLAVE: Nicaragua; defensa y seguridad; relaciones cívico-militares.

INTRODUÇÃO

Quando falamos atualmente em relações civis-militares, subentendemos duas direções: a da subordinação dos militares ao poder civil (envolvendo os tipos de relações políticas) e o controle civil e democrático dos órgãos de segurança e defesa (vinculado a aspectos técnicos e institucionais). Acima disso, tal questão vincula-se à própria natureza do Estado. Como agrupamento político, todo Estado fundamenta-se na coação (WEBER, 1991-1999: 525). O uso da força e a existência de um exército podem ser entendidos então como pressuposto intrínseco ao Estado, associado ao interesse nacional, levando-se em consideração o variável grau de interferência militar na governabilidade, seja por meio de intervenções diretas ou indiretas (BALTAZAR, 2000). O estabelecimento de um corpo armado, ou de forças armadas tal qual conhecemos contemporaneamente, vincula-se ao desenvolvimento do Estado e da sociedade.

Nesse sentido, a separação do guerreiro e do político, do poder e da espada, decorreu também do desenvolvimento das sociedades e da crescente burocratização dos Estados. A profissionalização militar pode ser entendida então como consequência do desenvolvimento técnico-científico das sociedades, pressupondo a necessidade de modernização e profissionalização crescente dos militares (em especial do corpo de oficiais), permitindo a diferenciação entre a esfera política e a esfera militar, bem como a separação de competências e atribuições (FERNANDES, 2006: 07-08). Em dito quadro, as relações civis-militares aumentaram sua abrangência e importância, em especial a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial na segunda metade do século XX. O final deste século foi cenário generalizado de um fenômeno apontado como 'expansão da democracia', e com o fim da Guerra Fria e o colapso soviético, passou-se a repensar os papéis e missões das Forças Armadas. Dessa forma, visava-se um equilíbrio no papel e ação das mesmas: "ter militares tão fortes que protejam a sociedade, mas não tão fortes

que sofram a tentação de submetê-la" (FERNANDES, 2006: 07-08), assegurando que os objetivos das Forças Armadas fossem congruentes com os do Estado. O poder político da esfera militar progressivamente diminuiu, assim como o montante das despesas nesse setor e o número de contingente.

A partir desses breves preceitos, podemos indicar como o presente artigo será desenvolvido. Tendo o setor de defesa nicaraguense como centro, buscaremos explorar seu histórico, partindo dos parâmetros gerais teóricos para as especificidades do caso do país centro-americano, especialmente no período de exercício de poder por parte dos sandinistas (década de 1980). Assim, passaremos pelo contexto de formação do Exército Popular Sandinista e pela percepção da importância de sua atuação como elemento fundamental do projeto político revolucionário da Frente Sandinista, além de explorar como as relações civis-militares de então foram pautadas.

Na América Latina, especificidades ampliaram e conduziram a uma abordagem distinta das relações civis-militares em seus parâmetros teóricos clássicos. Como indicou um dos mais importantes pesquisadores e formuladores teóricos desse campo, Morris Janowitz (Ibidem: 27), as sociedades latino-americanas guardaram mais de um século de lutas e acomodações envolvendo atores civis e militares, tornando-as específicas em sua dinâmica civil-militar; ou seja, o conjunto teórico 'original' das relações civis-militares deveria ser estendido para ser explicativo. Assim, a discussão de tal questão no continente latino-americano, nos anos 70 e 80, envolveu a convergência para o ponto da subordinação militar ao poder civil em detrimento da efetividade da defesa. Conjuntamente, promoveu-se um esforço no sentido de conhecer e analisar as dinâmicas intrainstitucionais militares (Ibidem: 44).

Avançando cronologicamente, o "fenômeno militarista" na América Latina – por vezes apontado como patologia política, um desacerto na relação entre soberania, democracia e sociedade – teve vários estudos que buscaram e ainda buscam explicar e/ou elucidar as distintas visões acerca do militarismo[1], bem como de suas consequências em âmbito regional. O cientista político francês Alain Rouquié (1994: 206) apontou que análises contestáveis e errôneas de dito fenômeno relacionavam a hegemonia marcial a uma dimensão alheia tanto à história como à sociedade, fixando os exércitos como pon-

[1] Entendido como "vasto conjunto de hábitos, interesses, ações e pensamentos associados com o uso das armas e com a guerra, mas que transcende os objetivos puramente militares". O desenvolvimento da ideia envolve, dentre outros fatores, o controle exercido pelos militares sobre os civis e a superioridade de suas instâncias sobre estes últimos. Ademais, a profissionalização dos exércitos é considerada fator importante no conceito de militarismo, contribuindo também no processo de diferenciação estrutural das sociedades (relações entre sociedade e forças armadas, liderança castrense e elites sociais, e entre a chefia das forças armadas e os líderes políticos). Ver: PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: Editora UnB, 1998: 748-754.

tos quase indecifráveis e obscuros nesse quadro. Porém, é justamente a continuidade histórica, associada a tradições de poder militar na região, que podem contribuir para um estudo mais denso a respeito do assunto.

Comumente, atribui-se uma tradição jurídica "ibero-latina" na origem de uma incapacidade democrática permanente dos Estados latino-americanos. Desse modo, como consequência, o militarismo do século XX seria um herdeiro e continuador do *caudillismo*, produto da confusão decorrida das guerras de independência. Nesse sentido, o *caudillo* seria entendido como uma espécie de guerreiro improvisado, nascido do desmoronamento do Estado colonial espanhol e da desorganização social decorrente do rompimento com a então metrópole. Em oposição a este ator sociopolítico estaria o oficial militar, aquele que já é fruto da profissionalização dos exércitos e da modernização dos mesmos. Tal oficial então seria um homem da organização, existindo somente por e para o Estado (ROUQUIÉ, 1994: 206-207). Por esse motivo, a assimilação e associação entre ambos – corrente em algumas obras – é incompatível na delimitação dos limites históricos do militarismo.

A insistência na dependência militar latino-americana, principalmente nos exércitos nacionais, é sublinhada na delimitação do inimigo no cenário regional. A ascendência estadunidense é incontestável, por exemplo, na doutrina de segurança nacional de cada país do istmo. De acordo com a mesma, o inimigo interno é designado como ameaça principal para os Estados nacionais, alocando como um dos objetivos centrais dos exércitos defender as "fronteiras ideológicas" (ROUQUIÉ, 1994: 209), no sentido de salvaguardar o alcance dos interesses norte-americanos na região.

Para irmos além de uma análise instrumentalista, é necessário que as singularidades internas e pontuais na produção dos processos políticos locais sejam levadas em consideração. Superar percepções simplistas da ligação do governo norte-americano e de empresas multinacionais ao estabelecimento dos regimes militares na América Latina torna-se importante para uma análise mais coerente da situação militar na região. Além disso, os regimes autoritários hispânicos não nasceram exclusivamente através da internacionalização dos mercados internos, caracterizada na fase de desenvolvimento dos anos 1980/90. Acaba por se cair em um truísmo, se se pretende expor que regimes de ordem são mais receptíveis aos olhos dos investidores estrangeiros do que os governos populares.

O que se mostrou ser mais ponderado e coerente quanto às consequências do poder militar difundido nas ditaduras espalhadas pelo continente é que o militarismo contemporâneo não decorreu de uma fatalidade ou acidente histórico ou geográfico, muito menos de um determinismo cultural ou de manipulação externa. O fato é que dados

nacionais e transnacionais se entrelaçam no contexto latino-americano. E o papel político dos exércitos também não é ou foi idêntico nem no tempo nem no espaço regional.

Ademais, podemos apontar que a análise das relações entre civis e militares no período e país abordado encontra maiores amparos nas ideias de teóricos como Engels, Lenin e Trosky. Segundo os apontamentos de Leon Trotsky, a disciplina do exército deveria ser a de homens unidos por uma consciência revolucionária: "Não será a disciplina baseada nas ordens de superiores, a do bastão do oficial, mas sim a disciplina fraternal, consciente, revolucionária[2]". Importante ressaltar que não existe uma teoria marxista da instituição militar separável da teoria marxista do Estado (CARRILHO, 1979), considerando que, sob tais parâmetros, há uma ligação entre Estado e organização da violência, uma vez que – como afirmou Friedrich Engels – a divisão da sociedade em classes torna impossível a organização armada autônoma da população. Vladimir I. Lenin tratava as Forças Armadas como instrumento na/da luta de classes, considerando que o objetivo político é o que determina a caracterização dos exércitos e das guerras. Ainda no contexto da Revolução Russa, Trotsky pontuou a necessidade do aumento do peso político do corpo de oficiais e a paralela aproximação e identificação política entre elites civis e militares, o que resulta em um controle civil-político sobre o elemento militar. Posto isso, nota-se a amplitude e relevância do tema militar no exercício analítico acerca de determinados projetos políticos latino-americanos.

O SETOR DE DEFESA NA NICARÁGUA SANDINISTA

Historicamente, as instituições militares são à imagem das nações onde aparecem. Assim, são frutos do significado da natureza e do grau de acabamento do Estado Nacional. Quando se analisa especificamente a América Central, nota-se que o aparecimento tardio do Estado (institucionalizado) na região interferiu e determinou de maneira significativa o papel das Forças Armadas nos países. A ocupação e ingerência estadunidense conduziu à criação de guardas nacionais, feito realizado pelos conhecidos *marines*[3], e cujo exemplo principal e mais contundente é o da Nicarágua no século XX.

Ainda ao tratarmos da América Central, a acelerada militarização nos anos 1980 foi o traço marcante da região, cenário de um dos principais focos de tensão mundial na última etapa da Guerra Fria. Os custos econômicos, humanos, sociais e políticos fo-

[2] Discurso pronunciado em 22 de março de 1918, dia do Exército Vermelho. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/em/04.htm>. (Acessado em 01 de setembro de 2015).

[3] O termo refere-se ao Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (em inglês, United States Marine Corps – USMC). Tal força militar possui um extenso histórico de intervenções na América Latina, especialmente na América Central, onde as ingerências foram recorrentes principalmente durante a primeira metade do século XX.

ram consideráveis e, de acordo com indicações da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe apud CÓRDOVA, MAIHOLD, 2000: 13), a década de 1980 supôs um retrocesso de vinte anos em matéria de indicadores de desenvolvimento econômico e social, além da difícil quantificação da dívida social acumulada. A título de exemplificação, nos vizinhos nicaraguenses El Salvador e Guatemala, os longos anos de conflito ocasionaram um quadro desgastado e deteriorado. Na Guatemala, em trinta e seis anos de conflito (1960-1996), dados estimam em torno de 150 mil mortos, 50 mil desaparecidos, um milhão de afetados e deslocados pela guerra, além de 100 mil refugiados e 200 mil crianças órfãs (CÓRDOVA, MAIHOLD, 2000: 13). Em El Salvador, a qualidade de vida população foi duramente atingida pelo conflito interno. Em meados da década de 1980, quase metade da população estava na situação de pobreza extrema. Nesse mesmo período, o gasto militar consumia mais de 28% do orçamento governamental (BENÍTEZ MANAUT, 1988: 530).

Tais consequentes processos de paz promoveram a desmilitarização e as bases da subordinação do poder militar ao poder civil na região, porém, tal movimento só foi possível na década de 1990. Somente a partir de meados dos anos 90 é que as Forças Armadas emergiram como instituição legítima e permanente, atendendo preceitos de profissionalização e apoliticismo. Nesses parâmetros, com caráter não deliberativo, as tarefas centrais seriam a defesa da soberania do Estado e da integridade territorial.

Desse modo, pensando exclusivamente no caso nicaraguense, podemos afirmar que tal militarização nos anos 80 foi produto da guerra e da situação generalizada de conflito e não consequência de um regime militar autoritário. A doutrina militar elaborada e incorporada nada mais era do que um programa de defesa do projeto sociopolítico sandinista. Nesse sentido, o reposicionamento dos militares foi fruto das pressões e dinâmicas que instauravam a mudança em curso após o pleito eleitoral de inícios de 1990. Ainda assim, diante da instabilidade nicaraguense e regional, a reconversão dos aparatos militares resultou na emersão desses últimos como instituições consolidadas, visto que frente à fragilidade democrática centro-americana as Forças Armadas eram consideravelmente mais estáveis e organizadas internamente do que grande parte dos órgãos estatais.

Na Nicarágua, durante o regime da Frente Sandinista, as relações entre os militares e a sociedade eram mediadas por meio do conflito bélico. O contato entre ambas as partes se dava de duas maneiras: primeiramente, com ações militares que incluíam a proteção e/ou deslocamento de grupos populacionais; e, através do recrutamento de milhares de jovens via serviço militar obrigatório e batalhões de voluntários. Nas duas esferas, o direcionamento dos vínculos era sempre resposta à doutrina de defesa da revolução.

Nesse cenário, parece claro que os programas e projetos relacionados à defesa em referido período eram essencialmente partidários e de limitado alcance em relação aos diversos setores sociais. Assim, algumas considerações podem ser pontuadas acerca da defesa nacional nicaraguense e seus alcances. Entendendo que o conceito de defesa nacional transcende a questão militar e que a defesa é um âmbito por essência político que compreende toda a nação, podemos analisar a defesa e segurança como assuntos de política do Estado, em que se define a função da defesa frente a possíveis ameaças e se determina uma política setorial que assegure a reprodução e viabilidade estratégica do Estado como unidade livre, soberana e estável (MELÉNDEZ: 10).

A partir desses parâmetros, podemos analisar o caso nicaraguense. A Constituição de 1974, ainda no período do regime somozista, por exemplo, indicava que o presidente da República tinha o mando supremo das Forças Armadas, delegando autoridade de conservar a ordem interna e a segurança exterior do país. Ao presidente recaía a responsabilidade de defender a independência e a honra da nação, bem como a integridade territorial. Na mesma carta magna designava-se o então presidente, Anastasio Somoza Debayle, como chefe supremo da Guarda Nacional e atribuiu-se a obrigatoriedade do serviço militar. O Ministério da Defesa, órgão importante na relação entre civis e militares, foi estabelecido organicamente em meados dos anos 60, porém, nunca teve influência ou representatividade em qualquer esfera governamental ou militar até a década de 1990[4].

Com relação ao regime sandinista e à defesa nacional do projeto revolucionário (1979-1990), duas instituições se sobressaem: o Ministério do Interior (MINT) e seus órgãos de polícia e segurança, e o Exército Popular Sandinista. Com a atuação "teoricamente" desvinculada de ambos, efetivou-se um primeiro esforço no país para constituir forças com atribuições separadas que garantissem a ordem interna por um lado e a defesa externa da nação por outro. De uma maneira geral, a defesa nacional nos anos 80 era mais uma expressão de um conjunto de preceitos doutrinários, nacionalistas e anti-imperialistas que se desprendiam dos novos interesses nacionais do Estado revolucionário do que um exercício de planificação de políticas estatais. Se na Constituição de 1974 praticamente todo o poder militar centrava-se na figura do presidente da República, no texto de 1987 o cerne era a luta contra os possíveis agressores ao regime sandinista. Abriu-se espaço para que o Estado incorporasse massivamente a população

[4] Até a ascensão sandinista, o Ministério da Defesa era desconhecido enquanto aparato estatal, sendo brevemente mencionado na metade dos anos 1960 na reforma da Lei Criadora dos Ministérios do Estado de 1948. Na década de 1980 a situação pouco mudou, constituindo uma mera formalidade burocrática. Ver: NICARAGUA. Reforma a la Ley Creadora de los Ministerios del Estado. Decreto n. 1064 (Aprovado em 25 de fevereiro de 1965). Publicado em La Gaceta n. 68 de 23 de março de 1965.

em todas as esferas da defesa do país, principalmente por meio do EPS e seus órgãos associados. Desse modo, visou-se construir um caráter de legalidade ao EPS, mas não se definia seu apartidarismo ou apoliticismo, se pensarmos nos parâmetros teóricos de forças armadas profissionais ou nos marcos contemporaneamente aceitos acerca das relações civis-militares.

Aqui, faz-se necessário ressaltar que as ideias apresentadas sobre o setor de defesa nicaraguense baseiam-se em um paralelo justamente com os fundamentos teóricos acima citados sobre as relações entre civis e militares e o militarismo. Para além da análise feita neste artigo, devemos levar em consideração que o EPS foi fruto de uma nova concepção ideológica, vinculada ao projeto política da FSLN. Nesse sentido, não seria errôneo afirmar que o EPS já nasceu como instrumento/braço armado da FSLN pela histórica presença na Nicarágua de uma cultura política baseada no uso da violência armada para amparo das forças políticas. Assim, se pensarmos na associação direta da FSLN e de seu governo com as forças armadas, dois fatores mostram-se relevantes: a) a FSLN enquanto organização político-militar sempre teve a luta armada como um de seus pilares; e b) a FSLN era consciente do perigo que supunha uma instituição militar distante do projeto político revolucionário (vide os exemplos de Jacobo Árbenz na Guatemala e de Salvador Allende no Chile). Desse modo, a situação de guerra prolongada (elucidada na formulação da Doutrina Militar da Revolução Popular Sandinista, que apontava uma guerra nacional, patriótica e popular – "*guerra de todo el pueblo*") adquiriu uma lógica própria que implicou uma estruturação particular das relações sociais e do mundo simbólico, fazendo com o EPS emergisse como ator central.

Dessa forma, nos anos 80 foi promovido um desproporcionado grau de autonomia do exército frente ao Estado, de maneira que o EPS se subordinava ao partido (FSLN) e não ao ordenamento jurídico institucional nicaraguense. Da mesma forma que constitucionalmente não existia uma definição explícita do alcance ou significado da defesa nacional em referido período, de modo que somente os interesses vitais e de sobrevivência estavam claros, com o Ministério da Defesa se passou o mesmo. A indefinição de sua importância e atribuições no projeto governamental perdurou toda a década de regime sandinista, conformando uma mera formalidade burocrática, visto que nunca funcionou como unidade que facilitasse a relação entre o executivo e o exército em matéria de defesa, tampouco dirigiu ou formulou políticas em dita área.

Portanto, até 1989, os princípios doutrinários da defesa nacional se relacionavam com a organização e a disposição das Forças Armadas para preservar e defender o processo revolucionário das ameaças e agressões externas, com emprego efetivo do poder

militar do país. Após as negociações de transição e pacificação, os esforços se concentraram na redefinição da agenda de segurança e nos desafios para a defesa nacional nicaraguense nos marcos da distensão. Nesse último cenário, os enfoques mostravam-se mais plurais, pragmáticos e desideologizados, promovendo debates a um nível mais dissuasivo e preventivo tanto em âmbito local quanto regional.

Em uma análise mais abrangente, podemos afirmar que, historicamente, os militares na América Latina definiram a defesa nacional em um sentido amplo, atribuindo a si próprios unilateralmente a responsabilidade na manutenção da ordem, de acordo com sua definição. No entanto, as deficiências técnicas eram igualmente perceptíveis, como a ausência de civis preparados para o exercício de atividades vinculadas a temas militares, legislação e estrutura inadequada (principalmente com relação ao Ministério da Defesa e Comitês de Segurança da Assembleia Legislativa), e inexistência de preparação de oficiais militares em temas extramilitares, no sentido de promover uma aproximação com a sociedade civil. Ademais, a confusão entre defesa nacional e segurança interna contribuiu para que o alcance da área de defesa fosse ambíguo e distante das atuações da sociedade civil. Somente com o aprofundamento da questão, em especial no fim da década de 80 e início da seguinte, sublinhou-se que a defesa nacional era papel das Forças Armadas e objetivava-se a defesa da soberania, da independência e da integridade territorial; e a segurança interna, por sua vez, era responsabilidade das forças de segurança e da polícia, visando a proteção de direitos e garantias dos cidadãos. Nesse período de início de abordagem da questão militar e da relação com os civis, a doutrina de segurança nacional ainda tinha como efeito fortalecer mais o aparato militar em detrimento da sociedade civil.

Pela própria já citada realidade nicaraguense e centro-americana de aparecimento tardio do Estado e do quadro político de democracias incipientes, os militares tinham (ou ainda têm) convicção de que líderes políticos eram (são) incapazes de compreender temas relacionados à defesa e segurança, se autoerigindo como superiores em tais questões. Pelo outro lado, os civis recusavam interagir com as Forças Armadas seja por temor, por ignorância ou desinteresse. Dessa forma, configuravam-se duas esferas e/ou subculturas separadas, com um mínimo contato entre elas.

É importante aclarar que o exército da Nicarágua não se formou na guerra de independência como em outros países do istmo. A ausência de um exército nos moldes 'tradicionais', o que gerou uma limitada história institucional, foi um dos fatores que contribuiu para a origem partidária dos corpos armados nicaraguenses, tendo como grandes exemplos a Guarda Nacional (1927-1979) e o Exército Popular Sandinista (1979-

1990). Ao avançarmos até o fim do regime sandinista percebemos que a busca de um consenso político era obstaculizada pelo personalismo presente e persistente na política nicaraguense. Partidos políticos, em sua maioria, foram irrelevantes, uma vez que o poder derivava de relações pessoais e a afiliação política/partidária ou a afinidade com determinados grupos e ações políticas não necessariamente indicavam uma ideologia.

Nesse sentido, no caso nicaraguense, o exército exerceu uma parte de seu poder político além da esfera estritamente militar (CASTILLO VILLARREAL, 2005). Desse modo, podemos afirmar que o exército se fundiu com o setor civil do governo sandinista (estes últimos 'separados' do resto da sociedade). Como consequência, tal fato ocasionou um prejuízo nas relações do EPS com os outros setores sociais não associados ao sandinismo, fazendo com que o processo de assimilação do exército como uma instituição nacional fosse muito mais difícil (Ibidem: 06-07).

Ademais, os próprios meios legais e institucionais estabelecidos pelo regime sandinista de alguma maneira criavam obstáculos para a aproximação e controle de setores civis e militares. Não se poderia negar que o corpo de leis que garantia porções de autonomia ao EPS por sua vez também limitava a capacidade dos líderes civis de exercerem o controle sobre os militares. Por outro lado, referida autonomia das Forças Armadas foi (e ainda é) um elemento importante para garantir a estabilidade na Nicarágua, país onde a polarização e instabilidade política são a regra, e não a exceção. Como indicou a pesquisadora Margarita Castillo Villarreal (Ibidem: 09), a partir da década de 1990 a estabilidade institucional do Exército permitiu contribuir para a estabilidade nacional nicaraguense e ajudou a criar condições de segurança e paz durante os anos de transição política. Portanto, na Nicarágua o exército foi, em última instância, a organização que garantiu a estabilidade nacional, demonstrando o quão frágil era a estrutura do Estado nicaraguense em referido período. Assim, não é errôneo afirmar que o EPS ajudou a garantir a consolidação da democracia, uma vez que nos anos 80 a disposição do mesmo não agravou a instável e polarizada situação do país; e nos 90 tornou-se a principal garantia da estabilidade do governo de transição de Violeta Chamorro. Além disso, a constatação de tal quadro comprova como a influência do Exército era resultado muito mais da debilidade estrutural da sociedade nicaraguense do que de suas forças.

Dessa forma, queremos elucidar que o Exército Popular Sandinista durante o regime sandinista foi completamente subordinado militarmente à Frente Sandinista. É claro que existia uma integração entre a liderança do partido e a liderança militar, exemplificada na Assembleia Sandinista, onde oficiais militares superiores ocupavam 22 dos 105 postos da mesma. E foi justamente esse estreito vínculo entre interesses político-partidários

e militares que dificultou a elaboração de um diálogo acerca das relações civis-militares nos padrões contemporaneamente aceitos (especialmente os estudos de Samuel Huntington). Desde a culminação da Revolução Sandinista, em 19 de julho de 1979, a FSLN se converteu em um partido armado – o clássico partido fardado – que tinha sob seu controle e serviço um exército sobre o qual exercia forte domínio e influência política e ideológica decisiva (CAJINA, 1996: 58).

Mais do que uma instituição militar do Estado e a serviço da nação, o EPS foi concebido, principalmente, como organização armada dos setores populares associados ao sandinismo (comumente apontados como 'massas revolucionárias') conduzidos pela FSLN. Nesse sentido, o ensino de uma educação política e a organização de estruturas políticas no seio das Forças Armadas seriam medidas condizentes ao projeto da Frente Sandinista. Como indicou o pesquisador nicaraguense Roberto Cajina (1996: 209):

> El poder en la Nicaragua sandinista estaba edificado como una estructura piramidal en cuyo vértice se encumbrara la cúpula dirigente del FSLN, que articulaba y subordinaba sus diversos componentes conforme evolucionaban las necesidades tácticas y estratégicas del proyecto revolucionario, y en cuya base se encontraban las masas. Entre ambos extremos se interponía una enmarañada red de funcionarios intermedios, cuadros profesionales del partido, que actuando como interminables correas de transmisión de un complejo y artificioso engranaje por el que bajaban líneas y subían informes y evaluaciones. Éstos, en muchos casos, pocas veces reflejaban lo que en realidad acontecía.
>
> Dentro de ese esquema, el Ejército Popular Sandinista – uno de los instrumentos fundamentales del poder revolucionario – nunca tuvo un perfil propio, en tanto se le conceptuaba, existía y actuaba como brazo armado del partido, realidad que se expresa bajo el eufemismo de 'brazo armado del pueblo', y porque su referencia de identidad más próxima y esencial no era el Estado, sino la vanguardia que conducía el proceso revolucionario.
>
> El Estado era una categoría de menor cuantía y estaba irremisiblemente subordinado al partido, fuente primigenia y a la vez detentor y ejecutor del poder[5].

[5] Tradução livre: "O poder na Nicarágua sandinista estava edificado como uma estrutura piramidal em cujo vértice se elevava a cúpula dirigente da FSLN, que articulava e subordinava seus diversos componentes conforme evoluíam as necessidades táticas e estratégicas do projeto revolucionário, e em cuja base se encontrava as massas. Entre ambos extremos se interpunha uma emaranhada rede de funcionários intermediários, quadros profissionais do partido, que atuavam como intermináveis correias de transmissão de uma complexa e artificiosa engrenagem pela qual desciam linhas e subiam informativos e avaliações. Estes, em muitos casos, poucas vezes refletiam o que em realidade acontecia. Dentro desse esquema, o Exército Popular Sandinista – um dos instrumentos fundamentais do poder revolucionário – nunca teve um perfil próprio, enquanto se o conceituava, existia e atuava como braço armado do partido, realidade que se expressa sob o eufemismo de 'braço armado do povo', e porque sua referência de identidade mais próxima e essencial não era o Estado, mas sim a vanguarda que conduzia o processo revolucionário. O Estado era uma categoria mais baixa e estava irreversivelmente subordinado ao partido, fonte original e no momento detentor e executor do poder".

O ponto medular da questão da confusão Estado-Partido-Exército era que todos os personagens e atores sociais envolvidos nessa relação eram vistos e se entendiam como agentes do partido (FSLN), servindo-o em diferentes áreas. Analisando tais vínculos sob a ótica do campo cívico-militar, este modelo de relações é exitoso, visto que alcança a total subordinação dos corpos armados às elites políticas (GUZMÁN, 1992: 16).

Tomando como base o modelo dos regimes comunistas de relações civis-militares, no qual a pedra angular é o conceito leninista de partido vanguarda[6], o caso nicaraguense evidenciou a fusão do exército e partido em um só corpo. Por mais que cada organização se desenvolvesse e criasse características particulares, a sobreposição de elites na Nicarágua conservou a lealdade das Forças Armadas ao projeto da Frente Sandinista. Em referida situação nicaraguense, a chefatura do exército foi exercida por um corpo colegiado integrado por três membros da Direção Nacional da FSLN (Humberto Ortega, Tomás Borge e Luis Carrión). Posteriormente passou-se para o comando unipessoal de Humberto Ortega, mas a interação entre os comandos militar e político permaneceu, explicitada na já mencionada composição da Assembleia Sandinista. Ainda de acordo com esse esquema, o partido é concebido como árbitro, como autoridade superior que estabelece valores e políticas e resolve disputas internas; de modo que o mesmo cumpre funções de direção, arbitração e integração frente todo o Estado e seus organismos, incluindo as Forças Armadas (Ibidem: 19).

Como indicamos anteriormente, é possível reforçar a validade da perspectiva trotskista e leninista na investigação proposta. Trotsky também considerava necessário o controle político centralizado do partido sobre a administração militar, tal como ocorreu no caso nicaraguense, em que a FSLN exercia sua influência no EPS com órgãos partidários e de educação política. Tais considerações podem ser elementos relevantes no entendimento de como as relações entre as esferas civil e militar desenvolveram-se na Nicarágua nos anos 80, visto que se mostram mais próximas das ideias marxistas-leninistas do que de teorias clássicas do estudo das relações civis-militares.

Outro aspecto com possibilidades de ser analisado para avaliar as relações entre civis e militares no período abordado é a incidência de civis em assuntos militares. No regime sandinista, a subordinação do EPS à direção da FSLN era nítida, com controles políticos sobre as ações e atribuições militares. O EPS não possuía autonomia para agir ou tomar decisões, mesmo nas discussões em torno de questões estritamente militares.

[6] Nesse modelo, o partido é concebido como elite sobressaliente por sua inteligência, moral, autenticidade e por encarnar os ideais da classe trabalhadora. De acordo com Luis Humberto Guzmán, as manifestações dessas relações civis-militares variam segundo o grau de desenvolvimento das sociedades envolvidas e/ou por circunstâncias históricas; caracterizando três manifestações: fusão, simbiose e coalizão. Ver: GUZMÁN, Luis Humberto. 1992. p. 18.

Por outro lado, após a derrota eleitoral da FSLN em 1990 e com as consequentes alterações legais relacionadas ao Exército, a incidência de membros civis dentro do EPS foi muito limitada. Durante toda a década de 90 inexistiam civis especializados em temas vinculados à defesa e segurança na Nicarágua, tampouco um ministro da Defesa foi nomeado, apesar da existência quase simbólica de tal ministério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, se a extinta Guarda Nacional era um corpo armado pretoriano, com lealdade pessoal, relações clientelísticas, escassos valores corporativos e ausência de vínculos com a sociedade, os membros do Exército Popular Sandinista, por sua vez, eram guerrilheiros convertidos em soldados regulares (em quase totalidade sem preparação ou treinamentos 'técnicos' adequados), de lealdade partidária e que registraram uma presença incipiente de valores corporativos. As relações entre tais membros estavam mais próximas da amizade e solidariedade do que da hierarquia militar. A respeito da Frente Sandinista e sua relação com o EPS, passou-se de uma simbiose para uma coalizão, mas com uma importância relevada para o partido. Posteriormente, nos anos 90, o EPS seria um grupo de pressão, exercendo sua influência para além do âmbito militar (GUZMÁN, 1992: 69).

Também podemos assinalar que não é possível falar em militarismo na Nicarágua sandinista, uma vez que tal quadro seria caracterizado por Forças Armadas profissionais no exercício de poder político, diferentemente do caso estudado, em que a ausência de profissionalismo militar era associada a um controle político por parte da FSLN.

Porém, deixando de lado o não profissionalismo do exército e centrando-se apenas no caráter político, uma percepção merece ser destacada. A afirmação do cientista político francês Alain Rouquié (1994: 215) em relação ao contexto de criação dos exércitos profissionalizados latino-americanos elucida um relevante posicionamento: "as novas responsabilidades cívicas e nacionais, a autonomia de que dispõem os quadros, não incitam os novos exércitos ao mutismo". A profissionalização militar não representou um penhor de apolitismo como muitos acreditavam. Talvez fosse ilusório acreditar na existência de exércitos apolíticos, sem interesses sociais e econômicos, sem preferências e posições políticas. Ainda quanto à natureza política das Forças Armadas, apontou Luis Humberto Guzmán (1992: 138): "[...] os exércitos são organizações coesionadas ao redor de valores políticos, de sistemas sociais e econômicos, dos quais formam parte, aos quais servem e defendem, ou seja, as forças armadas têm uma irrenunciável natureza política".

Distinto de tal natureza política das Forças Armadas é seu caráter partidário, como ocorrido com o EPS na Nicarágua. Nessa situação as Forças Armadas atuam como instrumento ou ferramenta de um partido ou grupo político, e não a serviço de um sistema social dominante na sociedade. No caso nicaraguense, as exemplificações ficam claras com os usos de símbolos partidários no interior das Forças Armadas, além da própria denominação 'sandinista'. Não há dúvidas que a instrumentalização das Forças Armadas por um partido político desequilibra o caráter democrático de um sistema político e de uma sociedade, e na Nicarágua confundiu-se revolução com gestão de governo (Ibidem: 140).

Enfim, na década de 1980 o debate teórico acerca das relações entre civis e militares inexistiu na Nicarágua, primeiramente porque o então recém-criado Exército Popular Sandinista não era uma força armada nacional institucionalmente constituída, estando longe de um profissionalismo autônomo. Ademais, as forças centrípetas da Frente Sandinista deformaram praticamente todo caráter corporativo e específico das Forças Armadas. Atuando essencialmente como braço armado da FSLN e do regime sandinista, o EPS possuía internamente laços partidários muito mais fortes do que identidade castrense. Além disso, não existia a separação entre o setor militar e o setor político civil, resultando na mencionada confusão Estado-Partido-Exército na década de 80. O debate em torno das relações civis-militares somente ganhou espaço em meados da década de 90, fomentado pelas esferas de poder mantidos pelo exército após a transição governamental em 1990, quando as Forças Armadas tinham suficiente autonomia legal e poder para exercer um "veto virtual" sobre o governo de Violeta Chamorro (RUHL, 2004: 07). Foi nesse período que o tema surgiu, em torno da subordinação ao poder civil e da diminuição do protagonismo militar em assuntos políticos (por mais que a influência militar nos anos 80 fosse decorrência da quase fusão entre a FSLN e o EPS), passando a uma reflexão para um novo rol militar e uma nova relação com as autoridades civis. Antes de tal, parece-nos mais adequado tratar de uma etapa de condução do setor de defesa, na qual estavam imbricadas as esferas política e militar.

O regime sandinista foi centro de distintas análises na temática política e militar, principalmente por suas especificidades em seu projeto revolucionário concernentes a tal âmbito aqui tratado. O eixo Estado-Partido-Exército foi o cerne de um modelo de condução política do país, inserindo-se nele o setor de defesa e segurança. A característica partidária e não profissional do EPS somente começaria a mudar com a transição governamental em 1990, especialmente com a aprovação do primeiro Código Militar do país em 1994. Mais do que uma estratégia, a ideia do cidadão guerreiro e do estreito vínculo entre exército e governo (como ferramenta partidária) foi um projeto político aplicado, mesmo que convertido em projeto frustrado no fim da década de 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAZAR, Maria da Saudade. (2000). **O "Estado" das Relações Civil-Militares em Democracia**. Trabalho apresentado no IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra, Portugal.

BENÍTEZ MANAUT, Raúl. (1988). El Salvador 1984-1988: guerra civil, economía y política. **Realidad,** San Salvador, 1 (6): 527-540.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (1998). **Dicionário de política**. Brasília, Editora UnB.

CAJINA, Roberto. (1996). **Transición y reconversión militar en Nicaragua, 1990-1995**. Managua, CRIES.

CARRILLHO, Maria. (1979). Marxismo e questão militar. **Nação e Defesa**, Lisboa, IV (11): 133-151.

CASTILLO VILLARREAL, Margarita. (2005). Nicaragua: civilians and military after the Sandinista Revolution. **Military Review**, LXXXV (2): 06-11.

CÓRDOVA, Ricardo; MAIHOLD, Günther.(2000). **Democracia y ciudadanía en Centroamérica. Perspectivas hacia el 2020**. Hamburgo, Institut für Iberoamerika-Kunde (Centroamérica 2020, Documento de Trabajo #9).

FERNANDES, Fernando Bartholomeu. (2006). **As relações civil-militares durante o governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília.

GUZMÁN, Luis Humberto. (1992). **Políticos en uniforme: un balance del poder del EPS**. Managua, Instituto Nicaragüense de Estudios Socio-Políticos.

MELÉNDEZ, Javier. (sem data).Los escenarios institucionales de la defensa nacional en Nicaragua. **Informe do Programa para el fortalecimiento institucional del control civil en la formulación de políticas de defensa y seguridad**, National Democratic Institute for International Affairs (NDI).

ROUQUIÉ, Alain. (1994). **América Latina: Introducción al Extremo Occidente**. México DF, Siglo Veintiuno Editores.

RUHL, J. Mark. (2004). **Ejércitos y democracia en Centroamérica: una reforma incompleta**. Managua, Lea Grupo Editorial.

WEBER, Max. (1999). **Economia e sociedade**. Brasília, Editora da UnB.